

# Termina a votação do texto da nova Constituição



A Mesa do Congresso constituinte, durante a sessão de votação de ontem; ao centro, o presidente Ulysses Guimarães



O deputado Paulo Zarzur se prepara (à esquerda) e arremessa um aviãozinho durante os trabalhos da Constituinte

## “Senhor Constituinte” é recebido com salva de palmas no plenário

Do enviado especial à Brasília

Quando apontou, às 18h21 de ontem, no plenário do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães recebeu a primeira das incontáveis salvas de palmas que o consagrariam como o “senhor Constituinte”, título hábil e laboriosamente construído ao longo dos últimos 19 meses. Dessa hora em diante, Ulysses não se levantou da mesa da presidência nem para ir ao banheiro ou para comer alguma coisa, gozando antecipadamente a festa que estouraria em torno dele ao final dos trabalhos. Festa que começou com brincadeira na madrugada paulista: durante o baile “bye-bye Constituinte”, realizado no Lago Norte da cidade, a cada intervalo um gravador fazia soar a metálica voz de Ulysses. “Vamos votar, vamos vo-

tar, sim, não, abstenção”, gritava o gravador, repetindo o que Ulysses diz a cada sessão.

Ulysses quer capitalizar todo o texto constitucional, o que é um exagero. Mas ninguém lhe nega o mérito de ter sido, pelo menos, o bedel incansável sem o qual a Constituição ainda não estaria pronta e talvez nunca ficasse. “Sem o Ulysses, não se votou nem verificação de quórum”, concede o senador Mário Covas (PSDB-SP), eterno inimigo cordial do presidente da Congresso constituinte.

“Ele levou a transição com a Constituinte, ora instrumentalizada pela esquerda, ora pela direita”, reforça Paulo Delgado (PT-MG), não exatamente um fã de Ulysses.

Se foi assim ao longo dos últimos 19 meses, era lógico que o centro da festa ontem fosse mais do que nunca

Ulysses Guimarães. Preparando o “grande final”, ele convocou a mulher, Mora, sempre presente a seu lado nos grandes momentos, para comparecer ao Congresso. Às 17 horas, Mora chegou, sinal definitivo de que Ulysses queria mesmo encerrar a votação na quinta-feira.

Seria um encerramento apoteótico, bem de acordo com o estado de espírito de Ulysses. “Em restaurantes, sou aplaudido, sou procurado. Eu vejo gente que pára e põe de lado os automóveis para buzinar, chamando a minha atenção e me saudando. É uma grande vitória da Constituinte ela se identificar e estar sintonizada com as aspirações sociais do país”, diz Ulysses, tentando ele próprio se identificar com o texto aprovado, ainda que não tenha votado um só artigo. (Clóvis Rossi)

Do enviado especial e da Sucursal de Brasília

O Congresso constituinte concluiu na madrugada de ontem o segundo turno de votação do texto da 8ª Constituição do país. A última sessão foi uma mistura de festa com as derradeiras articulações políticas para manter ou derrubar emendas no texto da nova Carta, resultado de 19 meses de trabalho. O presidente do Congresso constituinte, Ulysses da Silveira Guimarães, foi festejado pelos constituintes durante toda a sessão do último dia de votações.

O texto aprovado será agora submetido a uma comissão de redação, para correção puramente formal, de forma a ser submetido a uma última votação, em bloco. No dia 23 deste mês, será promulgado em sessão solene para a qual serão convidados os presidentes de todos os Parlamntos das Américas e dos países de língua portuguesa. Os militares perderam a última

batalha de bastidores no Congresso constituinte. Num clima que o líder do PT, Luis Inacio Lula da Silva, classificou como “de fim de feira”, o PFL aceitou o último acordo de lideranças do Congresso constituinte, obrigando militares e juizes a pagar imposto de renda como os demais cidadãos. Eram 16h e mais de 80 sanduíches haviam sido devorados pelos parlamentares tranca-dos, desde a hora do almoço, no gabinete do líder do PMDB, Néilson Jobim (RS).

O coronel Ramos, assessor parlamentar do Ministério do Exército, deu a má notícia por telefone a seu chefe, o general Verlon Roure. “Mexeram umas coisinhas aqui no final do acordo e agora somos todos iguais”, lamentou o coronel. O deputado José Lins, em nome do PFL, assinou o acordo que jogou os militares na malha do imposto.

“Agora não negociamos mais nada”, avisou Jobim, retornando ao plenário para a última sessão de votações. No plenário, o presidente Ulysses Guimarães (PMDB-SP) exigia pressa nas votações. Os parlamentares ajudavam, aplaudindo os parlamentares que retiravam emendas e vaiando aqueles que

insistiram em ter suas propostas submetidas a voto. O deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) sugeriu a Ulysses deixar parte do texto para ser votado hoje, possibilitando melhor cobertura da imprensa. “Eu falei, mas não adianta. Ele enfiou na cabeça de terminar isso hoje (ontem), nem que seja de madrugada”, desistiu Heráclito. “Vamos votar e ver se terminamos isso hoje”, comandou Ulysses ao abrir a primeira sessão do dia, às 11h10.

Nos corredores, Delfim Neto (PDS-SP) semeava o pânico com a história de uma suposta funcionária, vítima da Aids que divulgará uma lista dos parlamentares que namorou. “São 45 e três são evangélicos”, dizia. A ala esquerda chegou da ressaca de uma festa promovida pelo PDT que terminou às 6 da manhã. “Quem não está de ressaca ainda está de porre, vamos votar de novo o tabelamento dos juros e pegá-los tontos”, sugeriu o deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA).

O mais velho constituinte, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), recitava Fernando Pessoa: “Tudo vale a pena, quando a alma não é pequena. A da Constituinte não foi”. (Clóvis Rossi e Ricardo Amaral)

## Ulysses propõe uma “festa cívica” para a promulgação da nova Carta

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), pretende transformar a promulgação da oitava Constituição brasileira em uma grande “festa cívica”, com representantes de parlamentares estrangeiros, shows, manifestação popular, anúncios em televisão e, conforme a data, até mesmo um feriado nacional. A solenidade está prevista para ocorrer entre os dias 21 e 24 deste mês.

A data de 21 de setembro foi sugerida por Ulysses, que quer aproveitar o “Dia da Primavera”. Ulysses disse que poderá pedir ao presidente Sarney a decretação de feriado nacional, alegando que a promulgação não deveria se dar em um “dia comum”. Segundo ele, não seria bom promulgar a nova Carta

“enquanto os operários estão nas fábricas e as crianças nas escolas”.

O deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), primeiro-secretário do Congresso constituinte e responsável pela programação da solenidade, disse que a comemoração terá caráter aberto e popular, não se limitando ao ato formal da assinatura do texto pelos parlamentares. Segundo Cordeiro, poderá, inclusive, haver transmissão ao vivo pela TV. A idéia é promover, na parte externa do Congresso, uma grande manifestação. O governo do Distrito Federal se ofereceu para montar um palanque onde haveria show de música popular e talvez uma orquestra sinfônica, ao ar livre.

Para divulgar o evento e o novo texto, o Congresso quer veicular publicidade na TV, durante os dias que antecederem a promulgação.

Cordeiro disse que já está praticamente acertado um acordo com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão assegurando a gratuidade dos anúncios.

Ulysses deseja convidar os presidentes dos Congressos de todos os países americanos e de língua portuguesa para participarem de um banquete e assistirem à solenidade. Os constituintes receberão medalhas de ouro comemorativas. Cordeiro afirmou que a estrutura definitiva da comemoração dependerá dos recursos disponíveis, mas não soube dizer quanto será gasto.

Concluída a votação do texto em segundo turno, a Constituição será revisada pela Comissão de Redação, que não dispõe de prazo determinado para trabalhar. Depois, voltará a plenário para a votação em bloco da redação final.

### PRINCIPAIS PONTOS DA NOVA CONSTITUIÇÃO

Artigo	Conteúdo
<b>Título I</b> <b>Dos Princípios Fundamentais</b> <b>Democracia direta</b>	O texto prevê que “todo poder emana do povo que o exerce por representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição”.
<b>Título II</b> <b>Dos Direitos e Garantias Fundamentais</b> <b>Crimes inafiançáveis</b>	A tortura, o terrorismo, o tráfico de drogas e os crimes hediondos são crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.
<b>Direito de propriedade</b>	É garantido o direito de propriedade, que deverá atender sua função social. As indenizações devem ser pagas mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos em lei (reforma agrária e reforma urbana).
<b>Mandato de segurança coletivo</b>	Partidos, sindicatos e outras organizações legalmente constituídas podem impetrar mandato de segurança em defesa dos interesses dos seus membros ou associados.
<b>Estabilidade no emprego</b>	Proteção ao emprego contra a demissão arbitrária ou sem justa causa. O tema é remetido para definição em lei complementar.
<b>Trabalho em turnos</b>	Limite de seis horas para jornada de trabalho realizada em turnos ininterruptos de revezamento.
<b>Hora extra</b>	O serviço extraordinário terá uma remuneração superior em, no mínimo, 50% em relação ao salário normal.
<b>Licença-paternidade</b>	Será definida em lei complementar o período de licença para o pai (provisoriamente definida em cinco dias)
<b>Unicidade sindical</b>	Não haverá mais que uma organização sindical por categoria profissional.
<b>Direito de greve</b>	O direito de greve fica assegurado praticamente sem restrições. No caso dos serviços essenciais, a lei disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
<b>Voto aos 16 anos</b>	O voto é facultativo para os maiores de 16 e menores de 18 anos.
<b>Título III</b> <b>Da Organização do Estado</b> <b>Nacionalização dos recursos minerais</b>	Os recursos minerais, inclusive do subsolo, pertencem à União.
<b>Serviços públicos</b>	É competência da União a exploração, direta ou mediante concessão a empresas sobre controle acionário estatal, dos serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de comunicações.
<b>Greve de funcionários públicos</b>	O servidor público civil tem direito à livre associação sindical; o direito de greve foi remetido para a legislação complementar.
<b>Título IV</b> <b>Da Organização dos Poderes</b> <b>Mandato presidencial</b>	O mandato dos futuros presidentes será de cinco anos.
<b>Eleições</b>	As eleições majoritárias serão realizadas em dois turnos.
<b>Título V</b> <b>Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas</b> <b>Forças Armadas</b>	As Forças Armadas destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem.
<b>Título VI</b> <b>Da Tributação e do Orçamento</b> <b>Sistema tributário</b>	O texto promove a redistribuição dos impostos em favor dos Estados e municípios.
<b>Título VII</b> <b>Da Ordem Econômica e Financeira</b> <b>Empresa nacional</b>	Ficam asseguradas às empresas de capital nacional benefícios e proteção por parte do Estado — o que permite o estabelecimento de reservas de mercado.
<b>Capital estrangeiro</b>	A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro e regulará a remessa de lucros.
<b>Intervenção do Estado na economia</b>	A intervenção do Estado na economia é permitida quando atende aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
<b>Exploração do subsolo</b>	A pesquisa e a lavra de recursos minerais somente poderão ser feitas por brasileiros e empresas brasileiras de capital nacional.
<b>Reforma urbana</b>	As desapropriações de imóveis urbanos devem ser pagas previamente em dinheiro, com a ressalva de que os terrenos sem edificações, que podem ser desapropriados mediante títulos da dívida pública.
<b>Reforma agrária</b>	As propriedades produtivas são insuscetíveis de desapropriação.
<b>Juros</b>	As taxas de juros reais não poderão ser superiores a 12% ao ano, sendo a cobrança acima deste limite considerada crime de usura, punida em todas as suas modalidades.
<b>Título VIII</b> <b>Da Ordem Social</b> <b>Saúde</b>	Fica instituído o sistema único de saúde (do qual as empresas privadas podem participar mediante contratos de direito público e convênios) e proibida a comercialização de sangue e seus derivados.
<b>Aposentadoria</b>	O aposentado receberá o valor médio dos últimos 36 salários, corrigidos de acordo com o valor do OTN mensal. Foi aprovado também a aposentadoria proporcional para as mulheres.
<b>Educação</b>	A obrigatoriedade do ensino público (gratuito) abrangerá também o nível médio. A União poderá subsidiar escolas de caráter religioso (como as universidades católicas e metodistas), comunitárias e filantrópicas.
<b>Liberdade de informação</b>	Fica assegurado aos meios de comunicação ampla liberdade, sendo proibida a censura de natureza política ou ideológica.
<b>Concessões de rádio e TV/Comunicação</b>	O Congresso Nacional terá de aprovar as concessões de canais de rádio e TV feitos pelo Executivo. Foi instituído o Conselho Nacional de Comunicação, como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Os meios de comunicação social não podem ser objeto de monopólio. A propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
<b>Meio Ambiente</b>	O texto aprovado determina que a floresta amazônica, a Mata Atlântica, o pantanal matogrossense, a serra do mar e a zona costeira nacional são patrimônio nacional, cuja utilização se fará dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente. Estabelece também que aquele que explorar recursos minerais tem a obrigação de recuperar “o ambiente degradado”. O Estado deve fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação do material genético.
<b>Divórcio</b>	A dissolução do casamento civil pode ser feita desde que haja separação legal por mais de um ano ou separação de fato por mais de dois anos.
<b>Índios</b>	São reconhecidos aos índios os direitos originais sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las e proteger seus bens. Fica eliminada a distinção entre índios aculturados e não-aculturados.
<b>Título IX</b> <b>Ato das Disposições Constitucionais Transitórias</b> <b>Mandato do presidente Sarney</b>	O presidente José Sarney tem um mandato de cinco anos e permanece na Presidência até 1990.
<b>Anistia aos militares cassados</b>	Nego o pagamento de aposentadorias aos militares cassados pelo Movimento de 64. Os punidos por razões políticas terão direito a promoções na inatividade, sem direito a reintegração.
<b>Anistia aos funcionários civis</b>	Os servidores públicos civis da administração direta (com exceção dos empregados dos ministérios militares), das fundações e das empresas estatais demitidos a partir de 1979 em virtude de greves têm sua readmissão assegurada.
<b>Eleição de novembro</b>	Não se aplicam para as eleições de novembro próximo o sistema de votação em dois turnos nas cidades de mais de 200 mil eleitores.
<b>“Marajás”</b>	Fica vetado aos funcionários públicos perceberem vencimentos superiores aos dos ocupantes dos cargos mais altos da hierarquia nos três poderes. Não será permitida a invocação do direito adquirido pelos atuais “marajás”.
<b>Anistia bancária</b>	Concede anistia do pagamento de correção monetária de empréstimos tomados por pequenos e microempresários urbanos e rurais durante a vigência do Plano Cruzado.

### OS MELHORES E PIORES PONTOS DA NOVA CARTA

<b>Deputado Ulysses Guimarães</b> (PMDB-SP), presidente do Congresso constituinte. <b>Melhor:</b> formas de participação popular. <b>Pior:</b> nada.	<b>Deputado Roberto Freire</b> (PE), líder do PCB. <b>Melhor:</b> direito de greve. <b>Pior:</b> presidencialismo.	<b>Deputado Carlos Sant'Anna</b> (PMDB-BA), líder do governo na Câmara. <b>Melhor:</b> capítulo da Saúde. <b>Pior:</b> tabelamento dos juros.
<b>Senador Mário Covas</b> (PSDB-SP). <b>Melhor:</b> reforma urbana e participação popular. <b>Pior:</b> cinco anos para Sarney e presidencialismo.	<b>Deputado Haroldo Lima</b> (BA), líder do PC do B. <b>Melhor:</b> direitos individuais, coletivos e sociais. <b>Pior:</b> presidencialismo e reforma agrária.	<b>Senador Marco Maciel</b> (PE), presidente nacional do PFL. <b>Melhor:</b> forma de organização dos poderes. <b>Pior:</b> modelo partidário.
<b>Senador Jarbas Passarinho</b> (PDS-PA). <b>Melhor:</b> capítulo dos Direitos e Garantias Individuais. <b>Pior:</b> monopólio de subsolo.	<b>Deputado Brandão Monteiro</b> (RJ), líder do PDT. <b>Melhor:</b> direito dos trabalhadores. <b>Pior:</b> reforma agrária.	<b>Deputado Néilson Jobim</b> (RS), líder do PMDB. <b>Melhor:</b> direitos individuais e sociais. <b>Pior:</b> anistia aos microempresários e pequenos produtores.
<b>Deputado José Lourenço</b> (BA), líder do PFL. <b>Melhor:</b> direitos e garantias individuais. <b>Pior:</b> ordem econômica.	<b>Deputado Luis Inacio Lula da Silva</b> (SP), líder do PT. <b>Melhor:</b> direito de greve. <b>Pior:</b> reforma agrária.	<b>Senador Jamil Haddad</b> (PSB-RJ). <b>Melhor:</b> direitos e garantias individuais. <b>Pior:</b> reforma agrária.

### Os melhores pontos da Carta

**Antônio Ermírio de Moraes**, 60, presidente do Grupo Votorantim: “Acho que o primeiro título deveria ser: todo brasileiro tem a obrigação de ser sério. No meu entender, impedir que as multinacionais tenham acesso ao solo mineral é uma medida louvável, mas inútil. Sempre há a possibilidade de se colocar um testa-de-ferro brasileiro à frente disso. Penso também que não é da competência dos constituintes fixar em 12% a taxa de juros pois há cem maneiras dos banqueiros burlarem isso. Quem fixa os juros é a lei de oferta e de procura.”

**Ozires Silva**, 57, ex-presidente da Petrobrás e diretor da AEB Associados: “Considero o capítulo referente aos Direitos e Garantias Fundamentais do cidadão o mais importante votado pelo Congresso constituinte. Acho que a liberdade, o direito e a democracia foram defendidos de uma forma espetacular.”

presidente da Bolsa do Estado de São Paulo (Bovespa): “Numa Constituição que consta o tabelamento dos juros (12%), a licença-paternidade e eleição em dois turnos para os não-constituintes não é, ao meu ver, uma Constituição que possui pontos positivos.”

**Lawrence Pih**, 45, diretor do Grupo Moinho Pacífico: “Acredito que todos os capítulos votados pelos constituintes são importantes. Mas privilegio, no entanto, os pontos referentes aos direitos individuais e aqueles que irão proporcionar uma maior renda para os trabalhadores.”

**D. Celso Queiroz**, secretário-geral da CNBB: “A Nova Constituição foi capaz de dar passos significativos em aspectos fundamentais que já eram uma aspiração antiga da sociedade, tais como: os direitos individuais, a descentralização política e um processo mais participati-

vo. A grande dívida que a Constituinte não pagou à sociedade foi a não-aprovação da reforma agrária. Seu grande mérito, no atual horizonte da sociedade, foi ter conseguido chegar ao fim.”

**D. José Freire Falcão**, cardeal-arcebispo de Brasília: “Os dois pontos mais positivos foram o avanço dos direitos trabalhistas e a afirmação dos direitos e deveres individuais e coletivos. O principal defeito foi a liberalização ainda maior para o divórcio.”

**Guilherme de Almeida**, 33, cineasta: “Para mim, o ponto mais importante votado pelos constituintes diz respeito ao incentivo às produções independentes porque toca diretamente na questão da produção cultural.”

**Fernando Deluque**, 26, guitarrista do RPM: “Não vi nada positivo. Tudo supermal.”